

CORREIO BRAZILIENSE

Na quarta parte nova os campos arar
E se mais mundo houverá lá chegara
CAMÕES, e, VII é 14.

Diretor Presidente

Paulo Cabral de Araújo

Diretor de Redação

Luiz Adolfo Pinheiro

Diretor Vice-Presidente

Ari Cunha

Diretor Técnico

Ari Lopes Cunha

Diretor Gerente

Evaristo de Oliveira

Diretor Comercial

Maurício Dinepi

Congresso **Dinâmica do Legislativo**

A semana tem significado alto em sua interferência na vida pública nacional. Até a próxima quarta-feira, o Congresso Nacional, seguramente, chamará sobre o seu desempenho as atenções de todo o País, desde que na sua agenda de trabalho alinharam-se projetos de lei do maior sentido social, político e econômico, cuja discussão e aprovação o País aguarda em grande expectativa. Destaque-se a proposição relativa à política salarial, com a fixação do novo nível do salário mínimo, a vigorar a partir de 1º de maio, no momento sofrendo cerrada contestação do PMDB por intermédio de suas lideranças maiores e já mobilizado para impor à decisão do plenário o peso respeitável de sua maioria na Câmara dos Deputados.

No entender do Executivo, o montante de Cr\$ 230 mil representa um quantitativo compatível com a capacidade financeira dos estados, dos municípios e da Previdência Social, valor situado no limite das fontes de recurso desses módulos administrativos para fazer frente aos aumentos das folhas de pagamento. Ainda assim, governadores e prefeitos não escondem as suas preocupações de se tornarem inadimplentes diante da sobrecarga orçamentária. A proposta oficial reajusta o atual salário mínimo em 139,5 por cento, enquanto a alternativa peemedebista o eleva em 192,7 por cento. Em relação à Previdência Social os complicadores são mais contundentes. A elevação do patamar mínimo, nos percentuais arbitrados pelo Palácio do Planalto, embora determinando considerável abalo nas receitas previdenciárias, poderá ser atendida satisfatoriamente. Segundo a palavra do ministro Reinhold Stephanes, o acréscimo de mais 53,2 por cento, proposto pela bancada do PMDB, resultará num desastre financeiro para a Previdência, inviabilizando a planilha de custos da folha de pagamento dos aposentados e pensionistas.

Já tendo fechado a questão quanto ao valor do salário mínimo, o PMDB vai partir para um confronto parlamentar com possibilidades efetivas de impedir a aprovação da mensagem presidencial em tempo oportuno — antes das comemorações do Dia do Trabalho —, dificultando ainda mais o encaminhamento do problema com um inevitável voto presidencial, na hipótese de prevalecer a emenda peemedebista.

Excluídos de apreciação os demais projetos que reclamam urgência para ingressar na ordem do dia, as tarefas de urgência urgentíssima fazem convergir para o Legislativo a quase totalidade das atenções dos setores que formam a opinião pública, muitos dos quais já se impacientam diante da perspectiva de impasses no fluxo do processo legislativo, obstaculando decisões inadiáveis.

Diante de tal quadro, as lideranças políticas devem conscientizar-se de que o Poder Legislativo tem de buscar formas de atuação que reflitam nos seus resultados a necessária chancela da representação democrática que está na base de sua sustentação institucional.

Nesse sentido todos os esforços devem ser feitos para evitar delongas nas práticas parlamentares, consideradas, principalmente as angústias sociais que se projetam da crise econômica, hoje tolhendo os horizontes do desenvolvimento nacional num giro completo de 360 graus. Um bom parâmetro para servir de norte ao Congresso pode ser identificado na recente proposta governamental de aumento para os servidores públicos, acolhida e deferida em tempo útil e hábil num consciente esforço conjunto mobilizado em função do inadiável.

Para os trabalhadores em geral não pode nem deve ser diferente.